

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: CONCEPÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO LULA

Maria Regina Filgueiras Antoniazzi
Professora Adjunta da Faculdade de Educação/UFBA
toniazzi@ufba.br

Alberto Álvaro Vasconcelos Leal Neto
albertoleal.neto@terra.com.br

RESUMO

A relação trabalho e educação no decorrer da história da educação escolar brasileira tem se pautado pela independência entre formação geral e formação profissional. Neste trabalho buscamos apresentar sinteticamente as principais características da nova fase de reprodução do capital - “acumulação flexível” – no sentido de explicitar os pilares, ainda que polissêmicos, da pedagogia da hegemonia forjada pelo capital e de seus desdobramentos, apontando os limites e as possibilidades de uma educação profissional integrada ao ensino médio. Defendemos a formação crítica dos trabalhadores, pois separar a prática profissional da ideologia do processo de produção é negar que essa prática se constitui em uma mediação específica da práxis social.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Educação Integrada.

ABSTRACT

The relationship between work and education throughout the history of Brazilian school education has been marked by independence between general education and vocational training. In this paper we present briefly the main features of the new phase of reproduction of capital - "flexible accumulation" - to explain the pillars, though polysemic, pedagogy shaped by the hegemony of capital and its consequences, pointing out the limits and possibilities of an integrated professional education to middle school. We support the critical formation of workers, because separating the professional practice of the ideology of the production process is to deny that this practice constitutes a specific mediation of social praxis.

Key-words: Work. Education. Integrated Education.

Introdução:

A relação trabalho e educação no decorrer da história da educação escolar brasileira tem se pautado pela independência entre formação geral e formação profissional. Reflexo da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes sociais essa separação tem se materializado no Brasil através de políticas públicas que apresentam como marca a legitimação da dualidade.

Com a eleição do presidente Lula da Silva, em outubro de 2002, criou-se por parte de muitos educadores expectativas em relação à superação dessa lógica, vislumbrando-se a possibilidade de integração - ensino técnico e ensino médio, a partir dos princípios do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. Assim, nosso objetivo neste breve artigo consiste em discutir, no período (2003-2008) do governo Lula a concepção de educação profissional integrada ao ensino médio, à luz da categoria trabalho.

Nossa análise toma como referência a literatura pertinente à Sociologia do Trabalho e a área de Trabalho e Educação, pois nosso objeto de análise – educação profissional integrada ao ensino médio – está na interface dessas áreas do conhecimento.

São dois os pressupostos que fundamentam a discussão realizada. O primeiro diz respeito ao papel do Estado, no modo de produção capitalista, como sintetizador das contradições entre capital e trabalho, constituindo-se, ao mesmo tempo, em espaço de possibilidades e de impossibilidades. Segundo, ao assumirmos a centralidade do trabalho no modo de produção capitalista, compreendemos que as formas de inclusão nessa sociedade são subordinadas, concedidas, porque atendem às demandas do processo de acumulação.

Nessa perspectiva defendemos a formação crítica dos trabalhadores, pois entendemos que isolar a ideologia do processo de produção dificulta superar o sentido instrumentalizador da aprendizagem orientada pelas necessidades da prática profissional, vez que este sentido parece adquirir autonomia frente à ideologia que subordina os trabalhadores. Portanto, separar a prática profissional da ideologia do processo de produção é negar que essa prática se constitui em uma mediação específica da práxis social.

Assim, buscamos apresentar sinteticamente as principais características da nova fase de reprodução do capital - “acumulação flexível” – no sentido de explicitar os pilares, ainda que polissêmicos, da pedagogia da hegemonia forjada pelo capital e de seus desdobramentos, apontando os limites e as possibilidades de uma educação profissional integrada ao ensino médio, como tem sido proposto no atual governo do presidente Lula da Silva.

Para exposição de nossas ideias nos apropriamos de Frigotto (1999) e Neves (2010) para primeiramente, situar o fenômeno da globalização e sua capacidade de excluir e fragmentar, constituindo-se mais como uma poderosa ideologia do que em um conceito que nos ajude a compreender melhor a realidade.

No segundo momento, caracterizamos a construção da sociedade do trabalho-emprego ou sociedade salarial, como estratégia de inserção e coesão social ao mesmo tempo em que procuramos assinalar o processo de desmonte dessa sociedade como resultado da "vingança do capital contra o trabalho" mediante a implementação de políticas neoliberais. Ao analisarmos as políticas públicas em torno da integração - educação profissional e ensino médio - demonstramos como tem sido controvertido o seu percurso e como às tentativas de sua materialização tendem a reforçar a lógica da independência em detrimento da lógica da integração.

Por fim, apontamos à necessidade de se repensar a educação profissional e o ensino médio sob a perspectiva da emancipação humana e não da manutenção da lógica do capital, que em sua gênese é excludente, reforçando as desigualdades sociais em que o campo educacional é apenas uma de suas manifestações.

A Globalização Financeira

O capitalismo, após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, a partir do início dos anos 70 do século passado, começou a dar sinais de um quadro crítico. Os traços mais evidentes dessa crise foram: 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, que levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos; 4) maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *welfare state* ou “Estado do bem-estar social” acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (CHESNAIS, 1996).

Portanto, entender essa crise, seus elementos constitutivos, é de grande complexidade, dado que ocorreram mutações intensas: econômicas, sociais, políticas e ideológicas, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores da classe trabalhadora.

Desde o final do século XX, considerável número de pensadores (CASTELLS, 1999; SANTOS, 1999; BAUMAN, 1999; GIDDENS, 1998) dedicou-se a analisar as mudanças que vinham ocorrendo em âmbito mundial e uma parcela significativa deles sugere que as relações sociais capitalistas estariam definitivamente superadas ou teriam perdido a relevância na dinâmica das sociedades contemporâneas. Essa perspectiva de análise sugere que o “novo mundo” passa a exigir novos nexos entre razão e realidade, pois as referências do passado teriam perdido a validade, isto é, tornaram-se obsoletas (NEVES, 2010).

Esse “novo mundo”, denominado de Terceira Via, se constitui em uma atualização do projeto político neoliberal para o século XXI, que orienta a atuação da direita para o social e da esquerda para o capital, constituindo-se apenas em um estágio superior do capitalismo monopolista (NEVES, 2010).

A especificidade que assume a globalização, hoje, significa em sua essência, o desbloqueio dos limites sociais impostos ao capital pelas políticas do Estado de bem-estar social. A aparente neutralidade do ideário da globalização cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital e, como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social.

Mészáros (2002), contrariando as teses da supremacia das relações capitalistas e da via única, defende a tese do *esgotamento da dimensão civilizatória do capital*, explicitando-se, agora, apenas na sua face destrutiva.

O processo de globalização viabilizado pelas novas tecnologias microeletrônicas, informacionais e energéticas, sustentadas pela ideologia e políticas neoliberais tende a ser orientado para garantir os lucros do capital financeiro, em sua maior parte especulativos. Nesse processo o sistema produtivo é secundarizado assim como se vem reduzindo a limitada esfera pública burguesa, construída para fazer face à crise do capital e ampliada pelas lutas dos trabalhadores. A esfera dos direitos sociais esvai-se com a dilapidação do fundo público (FRIGOTTO, 1999).

Para entendermos a contradição dessa sociedade - global, desigual, fragmentada e excludente - e também podermos compreender o sentido e a função que assumem as políticas de educação básica e formação profissional no Brasil, necessitamos analisar como se constituiu o que Robert Castel denomina de sociedade salarial e posteriormente o seu desmonte.

A sociedade-salarial e suas metamorfoses

A crise da sociedade salarial é complexa e tem múltiplas determinações, contudo pode-se afirmar que sua determinação mais profunda radica-se na própria essência do capital – acumular, concentrar, centralizar e, como consequência, excluir concorrentes e explorar a força de trabalho. O desmonte dessa sociedade é explicado por Frigotto (1999, p.7) no contraponto dos anos de ouro do capitalismo.

Os anos de ouro do capitalismo, paradoxalmente, se deram, pela capacidade de enquadrar, conter e disciplinar a lógica destrutiva do mercado auto-regulado e do capital mediante a construção de uma esfera pública capitalista. A globalização dos mercados, de forma assimétrica, e do capital especulativo financeiro, que instauram uma verdadeira desordem mundial, é o epílogo de um processo de resistência do capital à sua regulamentação. Já nos anos 40-50 o capital burla as fronteiras dos Estados-Nação mediante a instalação das multinacionais. Trata-se de empresas filiais das matrizes dos centros hegemônicos do capital que se ramificam no mundo buscando mercados onde a exploração da força-de-trabalho e da própria matéria-prima lhes são vantajosas. Em seguida, anos 60/80, aprofunda-se a liberdade do capital mediante as transnacionais. Trata-se de empresas que transitam acima do controle efetivo das nações e criam seu próprio espaço de poder. A globalização ou mundialização do capital, primordialmente do capital financeiro e especulativo, completa o circuito da perda do poder de as sociedades nacionais controlarem o poder anárquico do capital.

O mesmo autor afirma que esse processo se configurou em políticas oficiais de desmonte da sociedade-salarial que resultaram na falência dos Estados Nacionais mediante a perda da capacidade de suas moedas - crise fiscal e crescente dilapidação do fundo público para honrar ganhos do capital especulativo.

No setor produtivo, por exemplo, amplia-se o monopólio da ciência e da técnica, a partir do incremento de capital morto e diminuição de capital vivo - força de trabalho - significando que a retomada do desenvolvimento, dentro de um mercado auto-regulado, vai dar-se ou pode dar-se sem efetivo acréscimo de emprego. O fenômeno mais destrutivo tende a ser a hegemonia do capital volátil, especulativo, que em poucos meses desorganiza nações aniquilando suas moedas. A recente crise de 2008 que se inicia no mercado imobiliário dos Estados Unidos e em seguida expande-se pela Europa, Ásia e América Latina é um exemplo emblemático dessa realidade.

Assim, a palavra de ordem, hoje, é a racionalização que pode ser traduzida por: reengenharia, reestruturação produtiva, flexibilização, desregulamentação, descentralização e

autonomia, presente no receituário empresarial e dos governos neoliberais, monitorados por consultorias especializadas.

Robert Castel (1998), por exemplo, vê esse cenário com preocupação, pois as políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo de um lado e, de outro, o desenvolvimento produtivo centrado sobre a hipertrofia do capital morto, isto é – ciência e tecnologia, informação como forças de produção, acabam desenhando uma realidade onde encontramos: **desestabilização dos trabalhadores estáveis; instalação da precariedade do emprego e aumento crescente dos sobrantes**. Trata-se de contingentes não integrados e não integráveis ao mundo da produção.

No Brasil, dentre os elementos que contribuíram para essas transformações podemos destacar o processo de redemocratização que resultou na promulgação da Constituição de 1988; a abertura gradual da economia com a eliminação da maior parte das restrições não-tarifárias e o estabelecimento de um cronograma de redução das alíquotas de importação; mudanças nos padrões tecnológicos e organizacionais em decorrência da globalização dos mercados e do processo de reestruturação produtiva; dismantelamento progressivo do setor estatal através da emergência de privatizações de empresas públicas e desregulamentação dos direitos trabalhistas.

O reflexo dessas transformações na base material da sociedade brasileira, sempre sob a hegemonia do capital, tem rebatido nas superestruturas, nas estruturas jurídico-políticas, que acabam definindo a maneira de ser, de estar, de sentir, de pensar e de saber do homem do nosso tempo. No interior dessa lógica, onde o mercado tende a ser o norteador de todas as ações e não mais o Estado, processa-se a mercantilização das relações sociais, inclusive da educação.

Portanto, pensar as políticas públicas de Educação Profissional e Ensino Médio em um contexto marcado por significativas transformações econômicas e sócio-político-culturais, é pensar nos desafios impostos às instituições educacionais voltadas à preparação para o trabalho e do trabalhador(a), em particular, inserido em um ambiente onde a noção de flexibilização torna-se um dos elementos-chave para a compreensão dessa realidade.

Assim, diante da crise do modelo taylorista/fordista e da difusão do “modelo” de produção flexível, personificado pelo toyotismo ou modelo japonês, a ideia do trabalhador flexível - mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente passou a ganhar espaço nos ambientes produtivos e nos currículos das instituições educacionais.

Acompanhando essa tendência no âmbito nacional, o Ministério da Educação, órgão responsável pela política de educação no Brasil, a partir do governo Fernando Henrique

Cardoso (1995-2002) deu início a um conjunto de reformas no âmbito da educação básica e profissional em nosso país. Reformas estas, que sob o discurso da “necessidade” de adequar à educação as novas “demandas” e “exigências” dos setores produtivos impuseram as instituições educacionais um novo modelo de formação humana baseada na pedagogia das competências.

A partir do discurso proferido pelo governo e por essas novas demandas e exigências dos setores produtivos, as instituições responsáveis pela difusão da educação no Brasil, sejam elas públicas ou privadas, passaram a buscar alternativas para o enfrentamento e adequação a essa realidade.

Portanto, diante da discussão sobre a sociedade salarial e seu desmonte, particularmente na sociedade brasileira, podemos concluir que a globalização financeira, ou “acumulação flexível” como denomina Harvey (1998) não cumpriu o que prometia – sociedades mais igualitárias. Ao contrário, através do neoliberalismo subtrai garantias e direitos, conquistados a duras penas, da grande maioria dos trabalhadores. Essas perdas de direitos se traduzem em insegurança no presente e no futuro, pois o que resta aos milhares de trabalhadores são os empregos precários e o subemprego.

Tendo o Brasil, como a maioria dos governos dos países periféricos, se ajustado a essa “nova (des)ordem”, apostando no mercado auto-regulado, reafirmamos as mesmas questões já levantadas por Frigotto (1999): Qual o alcance das políticas de inserção e reinserção de desempregados numa economia cuja produtividade aumenta cada vez mais pelo incremento no processo produtivo de capital morto (ciência e tecnologia) e de novos métodos de racionalização e organização do trabalho? Qual o poder da escola, da educação básica (fundamental e média) e, especialmente, do ensino técnico-profissional, enquanto instrumentos efetivos nesse processo de inserção e reinserção?

As políticas públicas de integração no governo Lula: um percurso controvertido.

Procuramos demonstrar nas seções anteriores como na sociedade capitalista contemporânea os vínculos entre preparação para o trabalho e educação escolar estão cada vez mais subordinados a lógica de acumulação do capital. Lógica esta que, no caso da educação brasileira, tende a reforçar a independência entre educação profissional e ensino médio e a manter a dualidade estrutural como a categoria de análise fundamental para a compreensão dessa realidade.

Com a eleição para a presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2002, criou-se por parte de muitos educadores, que lutavam por um projeto educacional comprometido com a classe trabalhadora, uma série de expectativas em relação à superação dessa lógica. Apesar das expectativas geradas, os dois documentos assinados por Lula: Carta ao Povo Brasileiro, publicado no dia 22 de junho de 2002 e Compromisso com a Mudança, publicado no dia da vitória nas urnas eletrônicas, 28 de outubro de 2002, indicam como seriam processadas essas mudanças, colocando em dúvida a possibilidade de mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Assim, o ano de 2003 ao invés de ter se caracterizado como o ano da revogação do Decreto 2.208/97 e da abertura da possibilidade de integração curricular entre os ensinos médio e técnico ficou conhecido como o “período de construção” da política de educação profissional e do ensino médio. Essa opção política levou a SEMTEC, nesse mesmo ano, a realizar um processo de discussão junto aos diversos setores da sociedade civil organizada, educadores e movimentos sociais com o intuito de identificar os limites e possibilidades de uma nova política para o ensino médio e educação profissional.

No período entre 4 a 6 de junho de 2003 em Brasília, foi realizado o Seminário Nacional “Ensino Médio: construção política” cujo objetivo foi discutir a realidade da etapa final da educação básica e propor novas perspectivas para esse nível de ensino. O produto desse seminário resultou na publicação, em fevereiro de 2004, do livro *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*, que pretendeu devolver “à sociedade de forma sistematizada um conhecimento por ela produzido, cuja essência se apropriada pelo governo, potencializaria transformações historicamente desejadas” (RUIZ, 2004, p.6).

Ainda em junho de 2003, também em Brasília, foi realizado o Seminário Nacional de Educação Profissional: concepções, problemas e propostas cujo resultado foi a publicação no ano de 2004 do documento *Proposta em discussão: políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*, que buscou “resgatar as concepções e princípios gerais que deveriam nortear a educação profissional e tecnológica, baseados no compromisso com a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico, a vinculação à educação básica e a uma escola pública de qualidade” (MEC, 2004, p.6).

Os conteúdos desses dois Seminários definiram o marco da discussão sobre a integração - ensino médio e educação profissional - colocando em evidência duas concepções de educação profissional: uma ancorada nos princípios do Decreto 2.208/97, reafirmando a lógica da independência – ensino médio e ensino técnico e a outra baseada na integração

educação básica e educação profissional a partir dos princípios do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Em face dessa realidade contraditória, o governo Lula ao invés de propor a regulamentação da LDB/96, em julho de 2004, optou por outro Decreto 5.154/04, como forma de (re) estabelecer a possibilidade de integração curricular entre ensino médio e educação profissional.

Outra medida que consideramos ir à contramão da integração - ensino médio e educação profissional técnica de nível médio - foi a separação das Secretarias de Educação Básica (SEB) e Profissional e Tecnológica (SETEC) logo após a entrada em vigor do Decreto 5.154/04.

Assim, as medidas adotadas pelo governo Lula demonstram que a integração não foi uma prioridade em seu primeiro mandato, pois as ações até então adotadas pouco contribuíam para a superação do legado deixado pelo governo FHC.

No seu segundo programa de governo - *Lula Presidente (2007-2010)* destacamos duas metas, que estão diretamente relacionadas aos rumos que o ensino médio e a educação profissional deveriam tomar. A primeira diz respeito à continuidade da reestruturação do ensino médio, iniciada em 2004 com a entrada em vigor do Decreto 5.154. E a segunda vincula-se à ampliação do ensino técnico e tecnológico nesse mesmo período.

Na materialização dessas duas metas a primeira ação no âmbito da política educacional foi a promulgação, no dia 24 de abril de 2007, do Decreto 6.094, que dispõe sobre a implementação do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, estabelecendo como principal objetivo para a elevação da qualidade da Educação Básica a articulação entre a União, Municípios, Estados e o Distrito Federal a partir de um conjunto de vinte e oito diretrizes contidas no referido decreto.

Embora o texto da lei destacasse que a adesão ao Plano de Metas deveria ocorrer de forma voluntária, na prática dificilmente os Estados, Municípios e o Distrito Federal, que não assinassem o termo de compromisso conseguiriam obter assistência técnica ou financeira complementar da União para o desenvolvimento de programas voltados para a melhoria da qualidade da Educação Básica. Esse aspecto pode ser comprovado, por exemplo, no âmbito das ações voltadas à integração – ensino técnico e ensino médio - à medida que analisamos o Programa Brasil Profissionalizado, que foi instituído pelo Decreto n.º 6.302 em 12 de dezembro de 2007.

No caso específico das ações voltadas à política de integração, o Programa Brasil Profissionalizado foi o primeiro programa de governo, desde o início do primeiro mandato do

presidente Lula, destinado a potencializar a oferta de educação profissional integrada ao ensino médio nas redes estaduais de ensino a partir da prestação de assistência técnico-financeira pela União. Ao estabelecer uma meta de investimentos na ordem de 900 milhões de reais, para o período de duração do programa, que se estende de 2008 até 2011, o governo federal também estabeleceu oito objetivos.

Identificamos, na análise desses objetivos, que através do Programa Brasil Profissionalizado há uma tentativa por parte do governo federal em retomar as ações voltadas ao desenvolvimento da educação técnica integrada ao ensino médio baseada na construção de um novo modelo de ensino fundado na **articulação** entre formação geral e formação específica. Porém, não identificamos nesses objetivos a reafirmação dos princípios do trabalho, da ciência, e da cultura enquanto dimensões indissociáveis do projeto de integração o que a nosso ver abre a possibilidade para a construção de projetos alternativos em relação à integração

Simultaneamente a entrada em vigor do Programa Brasil Profissionalizado, o MEC, através da SETEC, publicou pela primeira vez um documento que trata dos princípios e pressupostos para a concretização da proposta de integração, intitulado *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*, que emergiu da necessidade de contextualizar os embates que estavam na base da formação integral do trabalhador, tendo como princípios norteadores os citados anteriormente e a construção de um projeto político pedagógico integrado.

Outro aspecto do percurso controvertido das ações do governo Lula em busca da integração diz respeito à publicação, em março de 2008, da Portaria n.º 386, que ao deliberar pela constituição de um grupo de trabalho interministerial com a finalidade de “realizar estudos e formular proposições visando à reestruturação, melhoria e expansão do ensino médio” (BRASILa, 2008, p.1) coloca novamente em discussão os rumos da etapa final da Educação Básica no Brasil. Assim, em julho de 2008, o MEC, em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, publicou um novo documento, *Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil*, indicando a possibilidade de **dois modelos** (*grifo nosso*) para a etapa final da Educação Básica.

O primeiro modelo denominado de “Ensino Médio Integrado” parte do pressuposto que a organização curricular deva ser baseada na integração entre os princípios do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, sem, contudo, indicar a formação profissional nesse nível de ensino. No segundo, denominado de “Ensino Médio Integrado Profissional”, o currículo teria duas possibilidades de organização: a primeira possibilidade “Ensino Médio com

Educação Profissional Técnica de Nível Médio” teria como proposta uma organização curricular baseada na integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos técnicos mediante a vinculação direta a uma habilitação profissional. Já a segunda, “Normal Médio”, o próprio documento não deixa explícito como ocorreria essa possibilidade de integração.

Também identificamos que simultaneamente a publicação do documento Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil, foi elaborado pelo governo federal outro Programa, denominado de *Ensino Médio Inovador* com a finalidade de estabelecer mudanças significativas no Ensino Médio não profissionalizante, através do desenvolvimento de inovações curriculares.

Diferentemente do Programa Brasil Profissionalizado, que visa estimular a oferta de educação profissional integrada ao ensino médio nas redes estaduais, o Programa Ensino Médio Inovador visa desenvolver experiências curriculares inovadoras numa “perspectiva abrangente de formação integral”. Ou seja, este programa busca atingir os cursos de ensino médio não profissionalizante que continuam a conter o maior número de matrículas nas redes estaduais.

O governo federal ao lançar dois programas voltados para a construção de “um novo modelo para o ensino médio” demonstra mais uma vez a dubiedade em relação aos rumos da política para essa etapa de ensino e sua integração com a educação profissional, reforçando a dualidade histórica entre ensino propedêutico e ensino profissionalizante.

Em 2008 o presidente Lula sancionou uma nova Lei, a de n.º 11.741, que propõe alterações nos dispositivos da LDB 9.394/96 visando redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Uma das principais alterações está na seção denominada de “Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, indicando que ensino médio poderá preparar para o exercício de profissões técnicas a partir de um currículo integrado.

Como última medida adotada pelo governo Lula, está a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa Lei definiu como um dos objetivos dos recém-criados IFs “ministrar educação profissional técnica de nível médio **prioritariamente** (grifo nosso) na forma de cursos integrados para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASILb, 2008, p.2).

Em suma, a análise e os argumentos apresentados indicam que a trajetória da política de educação profissional e ensino médio no período (2003/2008) do governo do presidente

Lula, está marcada por uma série de ambigüidades que ora buscam promover a integração - ensino técnico e ensino médio - a partir dos princípios do trabalho, da ciência e da cultura, ora reforçam a dicotomia entre formação geral e formação específica na última etapa da educação básica.

Considerações Finais

As iniciativas e as propostas de integração – educação profissional e ensino médio – no governo do presidente Lula da Silva são marcadas por duas ordens de questões, de caráter socioeconômico, que se complementam. A primeira constitui expressão histórica do quadro de distribuição desigual dos bens materiais e simbólicos e da negação dos direitos fundamentais ao trabalhador brasileiro, destacando-se o direito pleno a educação. A segunda, de origem mais recente, resulta das repercussões internas da reestruturação produtiva, do aprofundamento do processo de internacionalização do capital e da redefinição das condições de inserção dependente e subordinada do Brasil no capitalismo internacional, a partir dos anos de 1990.

A análise realizada também indica que a preocupação do governo Lula não é promover mudanças estruturais na ordem societária, por isso mesmo são implementadas medidas que visam minimizar, de forma superficial, as conseqüências das opções político-econômicas da classe dominante, condicionadas por interesses corporativos do capital e subordinação do Brasil ao quadro hegemônico internacional.

Ao contrário do discurso oficial, as iniciativas referidas se apresentam sob nova roupagem, como ações de caráter de emergência e pela ausência de políticas de universalização de direitos. Evidenciam também que o atual governo não optou materialmente por promover políticas no sentido de superar as desigualdades estruturais que caracterizam o país e, por decorrência, a educação.

Na verdade essas políticas configuram-se como recursos de controle social, concorrendo de forma decisiva para a adesão acrítica ao projeto de sociedade que cada vez mais favorece aqueles que detêm o poder. Qualquer iniciativa que se pretenda construtora de possibilidades concretas de superação ou, mesmo, de redução sensível de desigualdades, não poderá advir de propostas que se afastam da universalização da educação. É ilusão achar que políticas “focalizadas” irão alterar, minimamente, o quadro de dualidade que marca a educação brasileira. Assim, a educação profissional continua sendo uma educação de classe,

por isso que sua efetiva integração ao ensino médio é irrealizável na atual sociedade brasileira.

As considerações aqui apresentadas não derivam de ingenuidade epistemológica que levaria a supor que o sistema capitalista venha a promover a educação que efetivamente interessa aos trabalhadores. Conquistar essa educação é tarefa da própria classe trabalhadora.

Referências

ANTUNES, Ricardo L. C. **A nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em 20 mar. 2010.

_____. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 20 mar. 2010.

_____. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm>. Acesso em: 21 mar. 2010.

_____. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em 20 mar. 2010.

_____. Decreto n. 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. **Diário Oficial da União**, DF, 12 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm>. Acesso em 10 ago. 2008.

_____. Lei 11.741 de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996[...] **Diário Oficial da União**, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em 25 mar. 2010.

_____. b. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica [...]. **Diário Oficial da União**, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 30 mar. 2010.

_____. MEC. **Propostas em discussão: políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>; Acesso em 15 mar. 2010

_____. MEC. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. **Documento base**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/doc_referencial.pdf>. Acesso em 01 fev. 2010.

_____. MEC. **Censo 2008 indica tendências da educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/educacenso_2008.pdf>. Acesso em 25. mar. 2010.

_____. MEC. **Reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/interministerialresumo2.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2010.

_____ a. Portaria n.º 386 de 25 de março de 2008. Constitui grupo de trabalho interministerial com a finalidade de realizar estudos [...] visando à reestruturação, melhoria e expansão do Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, DF, 25 mar. 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DA SILVA, Luiz I. L. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 22 de jun. de 2002. Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>. Acesso em 25 mar. 2010.

_____. **Compromisso com a mudança**. São Paulo, 28 de out. de 2002. Disponível em:<<http://www.pt.org.br/portaltpt/images/stories/arquivos/compromissocomamudanca.pdf>>. Acesso em: 25 de mar. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. In: **Boletim Técnico do SENAC** nº 25 – mai./ago. 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvérsido. **Educação & Sociedade**. Campinas, SP, v. 26, n.92, Especial out. 2005, p. 1087-1113. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>> Acesso em 09. mar. 2010

HAVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7.ed. São Paulo:Loyola, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Direita para o social e a esquerda para o capital**: intelectuais da nova hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

MARTINS, M. F. **Ensino técnico e globalização**: cidadania ou submissão. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo à teoria da transição. São. Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Lula presidente**: programa de governo 2007-2010. Disponível em: <www.pt.org.br/portalpt/download.php?file=dados/bancoimg/>. Acesso em 20 mar. 2010.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão popular, 2007.

RAMOS, Marise N. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RUIZ, Antonio I. Apresentação. In: FRIGOTTO, F.; CIAVATTA, M. (Org.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.